

Prosseguiu na semana passada a discussão sobre uma nova proposta para o contrato de trabalho. O secretário executivo da Fundação São Paulo, Padre Rodolpho Perazzolo insistiu na colocação de que o GT é somente consultivo, cabendo a deliberação final à Fundasp (veja manifestação do GT nesta página). Ainda não surgiram propostas concretas para a substituição do atual contrato de trabalho, mas alguns estudos e opiniões de integrantes do GT indicam alguns caminhos: padre Rodolpho pediu à Coordenadora da DRH, Angela Renha, um estudo de impacto para situações onde um contrato de TP-12 equivalesse a 7 horas/atividade, TP-24 – 12h./atividade e TI -20h/atividade. Para contratos que incluam ensino e pesquisa, a simulação abarcaria 14 horas atividade para TP-30 e 16 horas atividade para TI. Foram solicita-

DISCUSSÕES DO GT SOBRE CONTRATO CAMINHAM PARA PERDAS SALARIAIS

das simulações adotando os parâmetros de teto de 30 h para a modalidade contratual Ensino; e de Piso de 30 h para modalidade pesquisa. Outra simulação será tomando o piso de 30 h adotando quotas de orientandos por programa de pós-graduação com faixas de 4 a 7 orientandos para 10 h e de 8 a 12

orientandos para 20 h.

Uma ideia apresentada no grupo foi de estabelecimento de teto de 30 h de contrato para os Professores titulares e associados que estiverem na modalidade contratual de Ensino apenas. A ideia foi bem aceita pelos diretores presentes, e pela professora Maria Amália,

que tem opinião de que o teto poderia ser adotado para todos os professores da modalidade ensino, como forma de estímulo a desenvolverem pesquisa e alçarem contratos mais altos. Na reunião também foram apresentados dados sobre o número de professores que a universidade tem hoje: são 1514 docentes, distribuídos entre as diversas faixas de contratuais desta forma:

Distribuição dos docentes em faixas contratuais

Em licença	74
Até 9 h/atividade	142
TP-10	141
TP-15	106
TP-20	158
TP-25	130
TP30	165
TP-35	114
TI-40	484

Na próxima semana acontece mais uma rodada de discussões.

GT do contrato esclarece que não é instância deliberativa

Em carta enviada para a Apropuc, dia 10/9, o Grupo de Trabalho do Contrato Docente da PUC-SP, constituído pela Fundasp em agosto, afirma que trabalha sobre a proposta apresentada e referendada pelo Conselho Universitário, não é instância deliberativa e que a Fundação São Paulo elaborará uma proposta a ser apresentada à Academia.

Como a carta está assinada pelo GT, supõe-se que todos os seus integrantes estejam plenamente de acordo com os termos do documento (veja a íntegra ao lado). Fazem parte do GT, além do Padre Rodolpho Perazzolo, da Fundasp, os seguintes professores: Maria Amália Pie Andery, Alexandra Geraldini, Neide Noffs, Godofredo Campos Borges, Márcio Alves da Fonseca, Francisco Antonio Serralvo. A Diretoria da Apropuc acompanha as reuniões do GT na condição de

observadora, conforme deliberação da assembleia da categoria.

Embora a carta faça referência à matéria publicada na última edição do jornal **PUCviva** (Nº921, de 08.09.2014), sob o título "Contratos de professores devem sofrer novo arrocho", ela não contesta que os estudos em andamento não são nada alentados

para a maioria dos professores da Universidade, tendo em vista principalmente que a Fundasp fala em medidas econômicas para baixar custos e reduzir a atual folha de salários. A proposta, segundo a Fundasp, será apresentada à Academia. Espera-se, então, que a proposta encaminhada pela Fundasp tramite pe-

los órgãos da Universidade: Cepe e Consun.

Professor, amplie o debate sobre os nossos contratos de trabalho discutindo em suas unidades, com seus representantes nas várias instâncias da universidade. Nossos contratos estão em jogo.

Diretoria da Apropuc

Grupo de Trabalho do Contrato Docente da PUC-SP

O jornal **PUCviva** desta semana circula, em sua primeira página, notícia de que o Grupo de Trabalho (GT) do Contrato Docente, convocado pela Fundação São Paulo, está a propor um arrocho aos professores da PUC-SP.

As reuniões do GT vêm se realizando de maneira muito participativa e com muitos debates produtivos sobre a atividade docente na PUC-SP. O cli-

ma de respeito, a diversidade de visões e as reivindicações justificadas têm estado presentes em todos os encontros. O Grupo trabalha sobre a Proposta apresentada e referendada pelo Conselho Universitário, portanto, não parte do zero.

O Grupo esclarece, entretanto, que não é instância deliberativa. Assim, todo material originado nas reuniões será analisado pela Fundação São Paulo, que elab-

borará uma proposta a ser apresentada à Academia.

A Associação dos Professores acompanha as sessões, na qualidade de observadora, como decidiu em assembleia, mas, na prática, também vem se manifestando e colaborando nas discussões.

Esta é a verdade dos fatos.

Grupo de Trabalho do Contrato Docente da PUC-SP

PUC-SP piora posição em ranking universitário

O jornal Folha de S.Paulo, no dia 8/9, publicou o seu tradicional Ranking Universitário da Folha (RUF), que anualmente mede o desempenho das instituições do ensino superior brasileiro. Na pesquisa a PUC-SP que ocupava em 2013 o 43º lugar entre as universidades brasileiras, caiu para o 54º lugar.

É sabido que, de uma maneira geral, os rankings universitários têm servido para fins muito mais mercadológicos do que acadêmicos. Várias instituições de ensino têm como prática a maquiagem de resultados do Enade, ou mesmo a preparação específica de

alunos somente para atender aos desígnios do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Porém, o recente ranking da Folha mostra claramente alguns caminhos que a PUC-SP vem trilhando ao longo dos últimos anos. O quesito pesquisa constitui-se em uma triste constatação para nossa universidade: hoje ocupamos um modesto 120º lugar, caindo 16 posições em relação a 2013 quando ocupávamos o 104º lugar. Esse resultado reflete uma tendência que vimos apontando já há algum tempo: nosso investimento em pesquisa é baixo e ainda sofreremos mais com a sua

desvinculação do contrato de trabalho docente.

O item ensino também caiu do 15º lugar para o 19º. A internacionalização do 91º para o 168º. No item mercado praticamente mantivemos a mesma colocação, oscilando do 4º lugar em 2013 para o 5º em 2014. Esse dado demonstra que, apesar da perda em outros itens a grife PUC-SP continua mantendo a sua força.

Dos cursos que aparecem ranqueados entre os Top 10 de cada modalidade encontramos Filosofia, o melhor curso de todo o Brasil, Pedagogia e Sociologia (2º), Jornalismo, Relações Internacionais, Propaganda e Serviço Social

(3º), Ciências Contábeis e Direito (4º), Turismo (5º), Psicologia (6º), Administração, Economia, História (7º), Letras (10º).

Os demais cursos da PUC-SP não aparecem entre os 10 primeiros de suas áreas. Interessante notar que cursos como Filosofia, Turismo e Letras, classificados entre os melhores do país, estão hoje na iminência de fechamento por baixa procura dos ingressantes. Estes cursos, inúmeras vezes já encaminharam propostas aos gestores da universidade solicitando mensalidades mais adequadas que possibilitem a concretização de um maior número de matrículas.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

16/9

terça-feira

14h30 - Auditório 100

Esclarecimentos sobre processo dos quinquênios

Palestina

Imperialismo e Internacionalismo

Ato debate

DIAS 16 E 17/9, AUDITÓRIO 333 DA PUC-SP, ÀS 19H.

Mesa: Dia 16/9, "Imperialismo e Revolução".

Debatedores: Prof Dr. Lucio Flavio de Almeida (Dep. de Política e Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais PUC-SP); Prof. Dra. Virgínia Fontes (UFF - Pós História); Simone Ishibashi (Revista Luta de Classes); Prof. Dr. Erson Martins de Oliveira (Ex Prof. da PUC-SP/POR).

Coordenação: Amarildo Vieira (UFF)

Ato: Dia 17/9, "Internacionalismo e Resistência".

MST; Fábio Bosco (Conlutas); Movimento Nossa Classe; Murilo Magalhães (Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais); Prof. Dr. Jason Borba (APROPUC); Padre Júlio Lancelotti (Pastoral de Rua da Arquidiocese de São Paulo); Aldo Sauda (correspondente internacional na Palestina); Prof. Dr. José Arbex (Departamento de Jornalismo PUC-SP), Soraya Misleh (Movimento Palestina para Todos), André Augusto Acier (Revista Luta de Classes)

Coordenação: Prof Dra Bia Abramides (APROPUC/NEAM)

Organização: APROPUC e Revista Luta de Classes

Apoio: NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais; Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais; NEAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Aprofundamentos Marxistas - Pós-Serviço Social; GECOPOL - Núcleo de Economia Política da PUC (Pós Economia); Espaço Marx de São Paulo; NACI - Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (Pós Economia-PUC); Revista Lutas Sociais.



Serão fornecidos certificados a todos os participantes

Nota do movimento estudantil sobre o processo contra Anna Cintra

Em novembro de 2012, pela primeira vez desde que o sistema de eleição foi implantado na PUC-SP, o cardeal-arcebispo Dom Odilo Pedro Scherer indicou a terceira e última colocada no pleito eleitoral, Anna Maria Marques Cintra, à reitoria da universidade. Tal ato, que rompeu com uma tradição democrática da universidade conquistada há mais de três décadas, não foi aceito pela comunidade puquiãna.

Durante o Roda Viva, debate proposto por alunos de diversos cursos com os reitoráveis, em agosto de 2012, todos os candidatos assinaram um termo de compromisso afirmando que não aceitariam a nomeação, caso não fossem o candidato mais votado nas eleições. Dirceu de Mello venceu as eleições e Anna Cintra ficou em último lugar. No entanto, ela foi nomeada pelo cardeal e aceitou a designação.

Duas horas após a indicação de Dom Odilo, cerca de três mil estudantes, reunidos na prainha, declararam greve geral e ocuparam a reitoria. Na manhã do dia seguinte (14/11/2012) professores e funcionários aderiram à greve que durou um mês.

Uma das muitas ações tomadas pelo movimento estudantil à época foi entrar com um recurso no Conselho Universitário (Consun) exigindo a invalidação da lista tríplice, alegando que as eleições foram viciadas, uma vez que Anna Cintra induziu as pessoas ao erro quando assinou o termo de compromisso.

No dia 28/11/2012 o Consun acatou recurso dos estudantes e suspendeu temporariamente a validade da lista tríplice de indicados para a reitoria até 12/12/2012, data na qual o Conselho decidiria definitivamente a situação. Anna Cintra ficaria então, impedida de ser empossada como nova reitora até a deliberação. Porém, novamente para surpresa de todos, neste mesmo dia Dom Odilo, por meio de uma

nota, afirmou que não reconhecia legitimidade na decisão do Consun e Anna Cintra foi nomeada reitora no dia seguinte.

O movimento estudantil, indignado com mais esse golpe à democracia da universidade, decidiu levar a questão à justiça. O Centro Acadêmico 22 de Agosto impetrou uma Ação Declaratória de Nulidade contra Dom Odilo, a Fundação São Paulo (Fundasp) e a PUC-SP. A ação pretendia declarar inválida a nota de Dom Odilo, acarretando assim na nulidade da posse de Anna Cintra e legitimando o Consun a deliberar sobre a validade ou não da lista tríplice. Uma liminar garantiu o Consun do dia 12/12/2012 com a composição atual que invalidou a lista tríplice.

Em 19/12/2012, o juiz Anderson Cortez Mendes decidiu que Anna Cintra deveria ser afastada do cargo até que o caso fosse julgado. Além disso, seus atos como reitora foram invalidados e uma multa de R\$ 10.000,00 por ato, foi fixada para PUC-SP e Fundasp caso a liminar da justiça fosse descumprida. Em 21/12, Anna Cintra deixou a reitoria da PUC-SP em cumprimento à ordem judicial e retornou três dias depois, visto que conseguiu a revogação da decisão com um juiz plantonista.

Em 1/8/2013, o processo foi julgado em primeira instância e o juiz reconheceu a legitimidade do Consun em suspender a lista tríplice e, portanto, Anna Cintra deveria deixar o cargo de reitora. Entretanto, a Fundasp entrou com recurso de apelação, então o processo será julgado em segunda instância na quarta-feira 1/10, às 9h30, no Tribunal de Justiça da capital. Seja qual for o veredito, o movimento estudantil da PUC-SP acredita que a presença dos estudantes no tribunal é fundamental para mostrar que não esqueceremos nem perdoaremos o golpe.

Manifestação sobre a demissão do professor Rinaldo Arruda

O professor Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, do Departamento de Antropologia, recusou-se a assinar o termo de redução de contrato para o segundo semestre de 2014, sendo por isso demitido. As alegações do professor transcendem seu interesse individual e denunciam o quadro de pre-

carização do trabalho vivenciado pelos professores nos últimos anos. Lamentamos a perda da convivência com o nosso colega. A Faculdade de Ciências Sociais e a Universidade perdem também um excelente docente e pesquisador.

Conselho da Faculdade de Ciências Sociais

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

FALA COMUNIDADE

Carta ao Conselho Universitário

Prezados Conselheiros,

A PUC-SP, segundo o ranking universitário da Folha de S. Paulo de 2014, possui o melhor curso de Filosofia do Brasil, superando graduações de universidades públicas como USP, Unicamp, UFMG e UFRJ. Além desta posição, recebe a menção de cinco estrelas no mais recente Guia do Estudante Publicado pela Editora Abril.

Tais honorarias não seriam motivo de estranhamento se nos lembrássemos de que se trata do mais antigo curso de Filosofia do país, com um departamento internacionalista e receptivo à pluralidade (recebeu professores cassados durante a ditadura brasileira e estrangeiros perseguidos em seus países de origem, como a ditadura de Pinochet, inclui professores oriundos do Chile, Hungria, Suíça, Uruguai, com laços estreitos com França, Bélgica, Alemanha e EUA), com uma abrangência de áreas de pesquisa e ensino muito singulares frente ao cenário filosófico nacional, com grupos e centros de pesquisa como a Cátedra Foucault, que fez da PUC-SP a única universidade fora da França a receber os arquivos dos cursos ministrados pelo mestre francês no Collège de France.

Posição de destaque que se apresentaria como óbvia, não fosse o contexto em que tais avaliações surgem.

Como é do conhecimento deste Conselho, o Coordenador do Curso de Filosofia, subscritor desta carta, a Vice Coordenadora do Curso, Profa. Yolanda Gamboa Muñoz, e um dos professores titulares do Departamento de Filosofia, Prof. Peter Pál Pelbart, eram, até a data de 14/8/2014, sindicados em um processo investigativo preliminar onde

foram acusados, de forma inquisitória, de atentar contra o patrimônio moral da PUC-SP e estimular a indisciplina entre os alunos, pela mera presença destes três professores, constatada em rápidos trechos de um vídeo do YouTube, na plateia de uma peça encenada no interior da universidade em 27/11/2012.

Desde que esta sindicância foi iniciada pela reitora Anna Maria Marques Cintra, uma carta assinada por intelectuais e personalidades do mundo artístico e acadêmico do Brasil e do exterior foi direcionada à Universidade, mostrando uma inconformidade não apenas com a existência desta sindicância, mas contra um processo mais amplo de deterioração da vida acadêmica da PUC-SP, incompatível com sua história e com a posição que esta Universidade ocupa no cenário latino-americano.

Esta carta internacional demonstra que há um interesse público, não apenas local, na manutenção dos princípios que norteiam a PUC-SP, severamente abalados com a maior intervenção da Igreja nos assuntos da Universidade; com a progressiva adoção de práticas mercantis na oferta de seus cursos; com os dispositivos da maximização do contrato docente e represamento do quadro de carreiras; na omissão da Mantenedora em buscar alternativas para o custeio da PUC-SP, como um fundo provindo de doações e financiamentos diversos, que minimize o peso das mensalidades na manutenção da estrutura universitária, tal como aplicado pelas mais destacadas universidades não estatais do mundo.

A despeito das honorarias recebidas, foram anos difíceis para o curso de Filosofia da PUC-SP. Assolado por critérios de formação de turmas, es-

tabelecidos via Conselho de Administração (Consad), incompatíveis com a realidade dos cursos de Filosofia no Brasil, disputando alunos com duas Universidades Federais, três Universidades Estaduais e Universidades privadas paulistas que optaram por estabelecer a gratuidade em seus cursos de Filosofia.

Nos últimos meses, no âmbito da coordenação de curso, buscávamos conciliar o difícil trabalho de gestão acadêmica com a autodefesa jurídica no processo inquisitorial movido pela reitora. Como se não bastassem os ataques, em 1/8/2014, às vésperas do início das aulas, a reitora nomeada por Dom Odilo Scherer emitiu um ato que fechou todas as disciplinas do curso de Filosofia existentes no turno matutino, além da turma noturna de Francês II, medida que atingiu, além do curso de Filosofia, turmas de cursos diversos da Fafica.

O ato só foi divulgado às coordenações no primeiro dia de aula, 4/8/2014, sem a possibilidade de um comunicado prévio aos acadêmicos e docentes afetados.

Este ofício objetiva apresentar, de maneira oficial a este Conselho representativo de toda a comunidade universitária, todos os apoios recebidos neste período, pedindo que a carta internacional e suas subscrições constem formalmente na ata pública desta reunião.

Por fim, diante das recentes avaliações e do respaldo acadêmico e histórico do curso de Filosofia da PUC-SP, em termos cronológicos o primeiro curso desta Instituição, a Coordenação de Curso requer a este Conselho que seja enviada uma moção acadêmica formal ao Conselho de Administração da PUC-SP pedindo estudos sobre a possibilidade da

aplicação da gratuidade de mensalidades aos futuros alunos ingressantes no curso de Filosofia da PUC-SP, medida que se sustenta a partir dos seguintes argumentos:

I. É uma prática adotada por universidades privadas de São Paulo, que não gozam das garantias da filantropia e não possuem caráter comunitário.

II. O curso de Filosofia gratuito, com as avaliações e credenciais acadêmicas que possui, representará uma forma de visibilidade para a Instituição, prestigiando a PUC-SP perante a sociedade civil e o mercado.

III. A maior parte dos alunos ingressantes na graduação em Filosofia inevitavelmente continua seus estudos no campo da pós-graduação "stricto sensu". Portanto, oferecer gratuidade na graduação é fortalecer e gerar dividendos futuros ao programa de pós.

IV. Trata-se de garantir plenamente a continuidade de uma história com mais de 106 anos, impedindo que medidas pontuais, como o ato emitido pela reitora anteriormente citado, possam simbolizar um corte definitivo entre o elo que liga nosso presente acadêmico às atas de 15 de julho de 1908, que criaram o primeiro curso de Filosofia em terras brasileiras.

Agradecendo a atenção de todos, subscrevemo-nos, com saudações puquianas de apreço.

Prof. Jonnefer Barbosa

Junto com texto foi anexado um abaixo assinado, divulgado no **PUCviva**, com mais de 2700 assinaturas de professores, políticos e intelectuais mostrando o repúdio contra o ato e a sua solidariedade aos professores.

GAUCHE NA VIDA

Ditadura Econômica, o grande tabu das eleições?

Sem reverter políticas que submetem sociedade às finanças, o Brasil permanecerá paralisado.

Mas o tema não entra em debate, por estranhas razões.

Guilherme Boulos

Quem diria! Mal se passaram seis anos da crise em que as políticas neoliberais afundaram o mundo e eles já estão aí com todo o vigor. A aposta na mão invisível do mercado e na desregulamentação das finanças quase levou a maior economia do mundo ao colapso em 2008. Os Estados Unidos, a Europa e a economia mundial pagam o preço até hoje.

Não demorou, porém, para que os intelectuais da banca superassem a vergonha e o descrédito, saíssem do armário e recuperassem a autoconfiança para defender a mesma rota do fracasso. Abstraíram 2008 e reaparecem de cara lavada para apresentar as mudanças necessárias na economia brasileira.

Já foi dito que a história se repete, primeiro como tragédia e depois como farsa. Neste caso até os personagens são os mesmos. Vejam vocês, Armínio Fraga! As últimas três campanhas presidenciais do PSDB o esconderam a sete chaves, assim como a FHC. Dizem que há lugares do país que quando seu nome é citado as pessoas correm para bater três vezes na madeira. Dá azar. Incrível, mas Aécio Neves teve a coragem de reabilitá-lo.

Aquele que quando foi presidente do Banco Central elevou a taxa de juros de 25% para 45%! O homem do arrocho e dos banqueiros. Que foi diretor do fundo de investimento de George Soros,

símbolo da especulação financeira mundial.

E é o mesmo velho Armínio. Diz agora que os salários subiram muito ultimamente e que a redução de juros nos anos anteriores foi “preocupante”. Em entrevista à Folha de S.Paulo, esta semana, deixou claro que gostaria de rever as regras do seguro-desemprego, aumentar a idade mínima para aposentadoria e dificultar a concessão de pensões.

Tudo em nome do combate à inflação. Só deixa de dizer que ao fim de sua gestão no Banco Central, no governo FHC, a inflação era de 12,5% ao ano, quase o dobro da atual, que ele julga fora de controle. E isso com juros estrondosos.

Sorte tem o país que o candidato que o anunciou como futuro ministro da Fazenda está praticamente fora do páreo eleitoral.

Mas, como diz o povo mais acostumado a sofrer, desgraça pouca é bobagem. A queda de Aécio foi acompanhada da subida meteórica de Marina Silva. E Marina, talvez no afã de atrair o mercado para seu projeto, tinha já erigido como conselheiro econômico ninguém menos que Eduardo Giannetti da Fonseca. Economista da nata do neoliberalismo brasileiro.

Giannetti tem distribuído por aí a mesma cantilena que arruinou os trabalhadores no Brasil, produzindo desemprego, arrocho salarial e recessão econômica na década de 90. O discurs

so de Marina é da nova política, mas começa mal ao recorrer à velha economia.

Também em entrevista à Folha, no ano passado, Giannetti sistematizou sua listinha de desejos: autonomia do Banco Central, readequar a Petrobrás e os bancos públicos nos “critérios de mercado”, desatrelar o reajuste das aposentarias ao salário mínimo e por aí vai. O modelo de seus sonhos, disse ele, é o segundo mandato de Lula (o mandato mais conservador dos governos petistas). Cita como referência as “heroicas” privatizações e a desregulamentação de capitais por FHC.

Sua obsessão – agora repetida por Marina – é fortalecer o dito tripé macroeconômico. Austeridade fiscal, aumento do superávit primário e livre câmbio. Não é preciso ser economista nem ter sobrenome europeu para saber que isso implica cortes de investimentos e de gastos sociais do Estado. Austeridade fiscal é um nome elegante para dizer corte no orçamento público. Superávit primário é um termo técnico para se referir à reserva de recursos para pagar juros da dívida aos banqueiros – o que, por sua vez, implica cortes orçamentários.

Marina terá que se decidir. Ou quer manter e ampliar políticas sociais e investimentos públicos, ou quer fazer cortes. Do ponto de vista lógico, tentar conciliar os dois é tão impossível quanto empenhar-

se em desenhar um círculo quadrado. Simplesmente não dá. Marina deve a todos esta resposta. Ou está com Giannetti ou está com Chico Mendes.

A reabilitação dos neoliberais, ao que parece, não foi apenas um apelo desesperado do PSDB, mas uma tendência do debate econômico nestas eleições. Não deixa de ser, de algum modo, a volta dos que não foram. Já que os governos petistas – Dilma inclusive – conservaram importantes aspectos neoliberais em sua política econômica. Não por acaso os lucros bancários foram recordes. O pré-sal foi concedido à exploração privada, assim como aeroportos e rodovias.

Mas tragicamente o discurso da mudança entre os principais candidatos não critica esse conservadorismo. Ao contrário, diz que ele foi insuficiente e volta-se contra as limitadas iniciativas de enfrentá-lo. A titubeante redução dos juros básicos, o uso de bancos públicos para baratear o crédito, a atuação das estatais na indução de investimentos e os gastos com assistência social, que não chegam a 4% do orçamento Federal.

A crítica é feita pelo viés conservador. E deixa claro que o debate econômico no Brasil ainda é pautado pelo interesse do mercado financeiro. Enquanto for assim teremos de conviver com o eterno retorno dos neoliberais.

Guilherme Boulos é dirigente do MTST

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores e funcionários da USP aceitam proposta, mas continuam em greve

Na segunda-feira, 8/9, professores e funcionários da USP aprovaram a proposta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que prevê pagamento de 28,6% de abono salarial, como forma de recompensa à perda salarial, e 5,2% de reajuste. Porém, as categorias decidiram permanecer em greve, até que todos os detalhes da negociação estejam bem definidos.

Na reunião entre o Fórum das Seis, instância articuladora dos sindicatos de docentes e de funcionários técnico-administrativos, e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que aconteceu na terça-feira, 9/9, nenhuma decisão foi tomada. Na ocasião, os representantes do Fórum argumentaram que a USP, ao recorrer ao TRT, judicializou o impasse e, portanto, não tem como voltar atrás e não arcar com

as consequências. Logo, foi defendido que a isonomia salarial deve ser mantida e o abono deve ser dado a todas as categorias das três universidades. Entretanto, o Cruesp se posicionou contra a proposta do Fórum das Seis, afirmando que a questão do abono será tratada em particular em cada universidade, sendo analisada caso a caso.

Já o reajuste salarial dos servidores deverá ser dividido em duas parcelas de 2,57%: a primeira em setembro e a segunda em dezembro, sendo que o reajuste integral reincidirá sobre o 13º salário deste ano. Na segunda-feira, 15/9, a presidente da Cruesp, Marilza Rudge, se comprometeu a definir a próxima reunião de negociação entre as instâncias.

Incêndio em favelas na Zona Sul desabriga 600 famílias

Um incêndio tomou conta das Favelas do Piolho e do Buraco Quente na noite de domingo, 7/9, e na madrugada de segunda, 8. Casas de cerca de 600 famílias foram destruídas na região do Campo Belo, Zona Sul de São Paulo, de acordo com a Defesa Civil Municipal. O fogo, que teve início antes das 21h, foi controlado quase à 1h. De acordo com o coronel Sérgio Moretti, comandante do 1º Grupamento de Bombeiros, cerca de 80% de ambas as favelas ficaram totalmente destruídas. O coordenador da Defesa Civil Municipal, Milton Roberto Persoli, afirmou que foram criados estabelecimentos para abrigar as vítimas e um centro de convivência para atender crianças e mulheres.

O Ministério Público Estadual (MPE) possivelmente acionará criminalmente integrantes da Prefeitura de São Paulo pelo incêndio. Há dois anos, a Favela do Piolho ardeu em chamas e, segundo o promotor da Habitação e do Urbanismo, José Carlos de Freitas, os agentes públicos colocaram as vidas em risco, ao supostamente não agirem para que outra tragédia fosse evitada, pois não ofereceram moradias adequadas aos habitantes, depois do incêndio em 2012. O promotor irá aguardar o relatório do Corpo de Bombeiros com detalhes do caso, para então decidir se o MPE será acionado.

Servidores UNICAMP decidem pelo fim da greve

Depois de 112 dias em greve, os servidores da Unicamp aceitaram a proposta da reitoria na quinta-feira, 11/9, e decidiram acabar com a paralisação. O reajuste de 5,2% foi aceito, além de 28,6% de abono sobre um mês de salário para todos os funcionários e 5% de reajuste para

os servidores que recebem o piso. No começo de agosto, os professores encerraram a greve, aceitando 21% de abono sobre um salário. E, de acordo com a reitoria, a categoria receberá a diferença de 7,6%, para que a situação dos servidores e dos professores se equipare.

Cacique Ládio Veron é ameaçado de morte

O cacique Ládio Veron, candidato a deputado federal pelo Mato Grosso do Sul pelo PSOL, tem recebido ameaças diárias de assassinato. Com as perseguições, o cacique da etnia Guarani-Kaiowá teme disponibilizar publicamente sua agenda de campanha. Defensor da reforma agrária e da demarcação de terras quilombolas e indígenas, Veron corre risco por lutar contra o agrogonégio e a favor de populações marginalizadas.

Em carta aos presidentiáveis, MST reafirma importância da reforma agrária

A Direção Nacional do Movimento dos Sem Terra (MST) escreveu uma carta dirigida aos candidatos e candidatas à presidência da República, a fim de se posicionar no debate eleitoral. Argumentaram que "o poder do capital sequestra a política e as instituições públicas", o que prejudica as transformações políticas e econômicas profundas que permeiam todo o povo

brasileiro. Afirmaram na carta ainda, que o movimento contribui há 30 anos com a democratização da terra, lutando pela reforma agrária. Também defenderam que as mudanças no campo são de extrema importância e necessidade e devem ser fundamentais nos planos de governo. A carta na íntegra pode ser lida no link <http://www.mst.org.br/node/16467>.

ROLA NA RAMPA

PUC-SP homenageia Dom Pedro Casaldáliga

O bispo emérito de São Félix do Araguaia, MT, Dom Pedro Casaldáliga, receberá nesta quarta-feira, 17/9, o título de Doutor Honoris Causa, proposto e aprovado pelo Conselho Universitário. A cerimônia começa às 8h45, no campus Ipiranga da PUC-SP, localizado na avenida Nazaré 993.

O bispo emérito não poderá comparecer em razão de seu estado de saúde e será representado pelo padre José Oscar Deozo. O evento terá a participação da cantora e antropóloga Marlui Miranda que interpretará duas canções em homenagem a Dom Pedro. Também estará presente Dom Milton das Pastorais Sociais, além dos membros do Consun e dos proponentes do título. Diversos movimentos sociais também já confirmaram presença.

Dom Pedro constitui-se em uma referência na resistência contra a opressão dos grandes

fazendeiros aos povos indígenas e aos camponeses da região central do país.

Um dos teóricos da Teologia da Libertação, hoje, aos 86 anos Pedro Casaldáliga continua ativo como na década de 1970 quando em plena ditadura fundou, junto com dom Tomás Balduino, o Cimi e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, indígenas, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Ainda nesse período, em 1976, presenciou o assassinato do padre João Bosco Burnier, baleado na nuca quando ambos defendiam duas mulheres que eram torturadas em uma delegacia de Ribeirão Cascalheira (MT). Uma homenagem mais do que merecida, em um momento em que boa parte da Igreja perdeu o aguerrimento característico da época da ditadura, na defesa dos explorados.

Sinpro-SP realiza eleições em outubro

Foi publicado no último dia 26, no jornal Folha de S. Paulo, o edital de convocação da eleição da diretoria, conselho fiscal, representação federativa e respectivos suplentes do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), que acontece nos dias 20, 21 e 22/10 de 2014. O documento dá o início ao processo eleitoral, indicando o período de inscrição de chapas e as regras do processo, de acordo com o que estabelece o Estatuto do Sindicato – confirma o

edital no link http://www.sinprosp.org.br/arquivos/sinpro/edital_eleicao2014.pdf. Só não terão direito de participar do processo eleitoral, os professores que se associaram ao Sindicato depois de 22 de abril de 2014. A eleição terá cerca de 150 urnas itinerantes, que irão percorrer 1.200 instituições de ensino, entre escolas e faculdades, em todas as partes da cidade durante os três dias, além da urna instalada na sede do Sindicato.

Comitê Contra a Criminalização realiza nova reunião

O Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, que conta com estudantes e professores de várias universidades, além de militantes de inúmeros movimentos sociais, se reuniu novamente na quinta-feira, 11/9, para debater os próximos passos do coletivo. Com a presença da APROPUC e de militantes estudantes da PUC-SP e da USP, os presentes discutiram a organização de um ato-debate contra a criminalização de militantes e

movimentos sociais. O debate, que ainda não tem sala definida, está programado para as 19h do dia 22/10, e pretende reunir representantes do poder judiciário, de movimentos rurais e urbanos, acadêmicos e outros para debater as ações da polícia militar e dos governos nos últimos tempos em relação aos movimentos sociais. O PUCviva divulgará as novas informações sobre o debate à medida que forem deliberadas pelo comitê.

Mais uma semana para curtir os quadrinhos na biblioteca

Até o dia 3/10 acontece na PUC-SP uma exposição sobre as histórias em quadrinhos, além de debates e encontros com autores, em parceria da PUC com a Associação dos Cartunistas do Brasil e do Instituto Memorial das Artes Gráfi-

cas do Brasil, coordenada por Edilaine Correa pesquisadora em artes gráficas da PUC e coordenadora do evento. Além das exposições em cartaz na Biblioteca central do campus Monte Alegre você poderá ver:

Gilberto Maringoni

16/09 às 19h00

Oficina de Fanzine e HQ

Ministrada por Gualberto Costa – editor
Dias 17 e 24 de setembro – 19h30 às 20h30
Aula sujeita à inscrição com sala a confirmar

Debate

Educação e HQ – 19/09 às 20h00, (Jal e Sonia Luyten), Auditório Paulo VI - Anexo à Biblioteca

Jornalismo discute adaptação do curso às diretrizes do MEC

Professores e estudantes do curso de Jornalismo paralisaram as aulas durante a última semana para debater as possíveis mudanças estruturais da graduação. Pautados pelas diretrizes do Ministério da Educação, a organização do curso foi discutida, e foram feitas diversas críticas

por parte de alunos e docentes sobre o curso, que tem mais de 30 anos. O relatório com as propostas de alteração será concluído no início do mês de outubro, para que as possíveis mudanças sejam aplicadas já em 2015 para a turma que estará no primeiro ano.